



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000356174

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0014883-70.2012.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ADILSON SOLA, é apelado BANCO DO BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente) E SOUZA LOPES.

São Paulo, 10 de abril de 2025.

EDUARDO VELHO

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0014883-70.2012.8.26.0053

APELANTE: ADILSON SOLA

APELADO: BANCO DO BRASIL S/A

VOTO nº 20942

EMENTA

APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – PLANO VERÃO – Alegação de saldo devedor complementar – Credor que havia apresentado previamente o valor do débito – Depósito atualizado – Concordância do credor com o valor homologado e pedido de levantamento – Manifestação expressa de satisfação da obrigação – Comportamento contraditório – Extinção regular.

Recurso improvido.

Trata-se de apelação interposta pelo credor às fls. 342/380 contra a sentença de fls. 305/306, complementada pela decisão de fls. 338/339 que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.

Insurge-se o exequente pleiteando, em síntese, pela reforma da r. Sentença. Em suas razões recursais diz que o magistrado deixou de se manifestar sobre o pedido de aplicação do Tema nº 677 do Superior Tribunal de Justiça. Pretende que seja aplicado o referido Tema para o fim de atualizar-se o débito até efetivo pagamento e disponibilização, ou, subsidiariamente, a suspensão do feito até o trânsito em julgado do referido tema.

Sustenta, ainda, a necessidade de aplicação de multa e honorários sobre a totalidade do saldo remanescente; da impossibilidade de admissão de depósito garantidor como pagamento voluntário, por violar o princípio da congruência e da manifestação de vontade do recorrido e ainda por ausência de previsão legal; que o erro de cálculo não se sujeita aos efeitos da preclusão.

Não houve o recolhimento do preparo em razão de ter sido concedido o diferimento das custas (fl. 149/155).

Houve apresentação das contrarrazões (fls. 479/484).

É O RELATÓRIO.

Não assiste razão ao apelante.

Pelo que se tem dos autos, o credor apresentou o valor do débito remanescente de R\$ 50.600,75, válido para 13/04/2021 (fls. 247/250). Intimado, o devedor realizou o depósito da importância de R\$ 50.600,75 em 24/06/2021 (fls. 256).

Em decisão de fls. 261 foi homologado o valor pleiteado pelo exequente.

Posteriormente, o credor requereu o levantamento, bem como a extinção do feito, nos seguintes termos (fls. 264/265):

“Em atenção às decisões de fls. 261, informa-se o trânsito em julgado de todos os recursos, conforme certidões em anexo, não havendo nenhum recurso pendente de julgamento. Informa a concordância com o valor depositado pelo executado à fl. 256, portanto, requer a extinção da execução, com as baixas de estilo, e a expedição do MLE do valor homologado em favor do Exequente, isto é, R\$ 50.600,75, com data-base 24/06/2021, do depósito de fl. 256.”.

Ante a satisfação da obrigação expressada pela parte credora, sobreveio a sentença declaratória de extinção pelo pagamento.

Interposto embargos de declaração para aplicação da recente tese fixada no Tema 677 do STJ, com inclusão de multa e alegação de erro de cálculo, houve rejeição, com fundamento de que a via eleita não era adequada.

Ora, se o credor apresentou previamente os seus cálculos e concordou com o valor atualizado depositado, não pode, em verdadeiro comportamento contraditório, pleitear qualquer diferença.

É de se notar que nas razões recursais sequer foi apresentado o valor ainda devido.

Correta a sentença de extinção, a qual deve ser mantida.

Finalmente, apenas para evitar futuros questionamentos desnecessários,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

observo que tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos dispositivos legais e constitucionais citados em sede recursal.

Nestes termos, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

EDUARDO VELHO

Relator